



# BOLETIM INFORMATIVO

Janeiro - Julho de 2019 | Edição N°29



**"25 ANOS INSPIRANDO MULHERES E RAPARIGAS PARA UM MUNDO MELHOR"**

## FICHA TÉCNICA

Titulo: Boletim Informativo

Propriedade: Fórum Mulher-Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento

Coordenação Editorial: Aida Nhavoto

Revisão Linguística: Evaristo Sérgio Taimo

Fotografias: Aida Nhavoto

Coordenação Geral: Nzira de Deus

Nº de registo: 001/GABIFODG/1998

Layout e impressão:

Data de impressão: Agosto de 2019

Financiamento: AGIR

---

Bairro da Malhangalene

Rua Vila Namwali nº 246,

Tel.: +258 21 21 41 41 89 / Fax: +258 21414037 / Cell: +258 82 31 13 920 / 84 31 13 920

Website: <http://forumulher.org.mz/>

# ÍNDICE

- 4 Editorial
- 5 Fórum mulher cria plataforma para impulsionar participação da mulher em processos políticos
- 7 Academia política da mulher impulsiona participação feminina em processos eleitorais
- 8 Fórum Mulher promove retiro de discussão da lei da família e das sucessões
- 9 Fórum Mulher promove ações de solidariedade e apoio as vítimas do IDAI
- 10 “Violência contra mulheres e raparigas tem rosto: Basta de impunidades e injustiças
- 11 “Fui violentada por muito tempo e permaneci calada porque queria proteger meu casamento”
- 13 Hixikawe lidera manifestação pela detenção de um menor de idade
- 14 Mulheres jovens capacitadas em Saúde Sexual e reprodutiva
- 15 Sociedade Civil debate impacto dos conflitos armados na vida das mulheres e raparigas
- 15 “Acesso à proteção social, serviços públicos e infra-estruturas pelas mulheres no contexto da crise económica e restrições orçamentais
- 18 “25 Anos inspirando mulheres e raparigas para um mundo melhor”
- 19 Eleitos novos órgãos sociais do Fórum Mulher
- 20 “Pelo direito a um território pois somos todas mulheres”
- 21 Alta Comissária do Canadá visita FM pela primeira vez
- 22 Rádios comunitárias contribuem para a redução das desistências escolares em Xinavane
- 23 História de Vida
- 24 Lista de Membros

# UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES

A Constituição da República de Moçambique (CRM) estabelece, no seu Artigo 3, que a República de Moçambique é um Estado de Direito baseado no pluralismo de expressão, na organização política democrática, no respeito e garantia dos direitos e liberdades fundamentais dos homens e das mulheres. Com vista a assegurar a aplicabilidade deste princípio e a garantir a participação política dos(as) cidadãos(ãs) moçambicano/as, a CRM também estabeleceu **o sufrágio universal – direito ao voto (art.73)**.

Este direito coloca o exercício da cidadania como um processo operacional de governação reflectindo-se na legislação eleitoral que visa assegurar que os processos ocorram de forma democrática, participativa e inclusiva. Embora Moçambique apresente um quadro legal rico no que concerne à igualdade de género, ainda se verificam constrangimentos para a efectiva participação das mulheres nesses espaços.

Nas últimas eleições autárquicas que se realizaram em 2018, foi possível constatar que apenas 6 mulheres conseguiram assumir os cargos de liderança dos concelhos autárquicos, num universo de 53 municípios. Um cenário inadmissível, pois as mulheres representam a maior percentagem da população nacional.

O baixo nível de escolaridade leva as mulheres a terem uma baixa autoestima e a não se pronunciarem publicamente, atitude encorajada pelas regras de comportamento tradicionais. Assim, a questão da consciência cidadã não está muito presente nas mulheres e raparigas, porque falta o conhecimento sobre os seus direitos e seu papel como agentes de mudança na sociedade.

Para mudar este cenário, a Constituição da República deve obrigar os partidos políticos a incluírem igual número de mulheres assim como de homens como cabeças de listas. Os manifestos eleitorais devem espelhar as demandas das mulheres e que estas sejam observadas pelo partido que vencer as eleições.

Adicionalmente, é preciso aumentar a representação das mulheres em posições de tomada de decisões, desde o nível local (nos comités de gestão de água e de recursos naturais, nos concelhos consultivos e nas assembleias municipais) até ao nível nacional.

Igualmente, é necessário que as mulheres, no seu meio cultural e social, determinem a forma de abordagem política que servirá os seus interesses. No entanto, não basta estar representada em números suficientes. É imperativo que as mulheres que já conseguiram posições de liderança estejam motivadas e tenham os conhecimentos adequados para promover os interesses dos diferentes grupos de mulheres, tal como expressados por elas.

Outro caminho, não menos negligenciável, está em aumentar a consciência política e de cidadania por parte das mulheres e raparigas, o que significa que devem ter conhecimentos sobre seus direitos e deveres. Isto está aliado ao facto de terem acesso à informação e ao conhecimento através do seu envolvimento nos processos formativos e de debates que são relevantes para a consolidação da sua consciência cidadã.

Portamos, somos chamadas a participar nos processos eleitorais, pois é um direito e porque nos assumimos como sujeitas políticas com direito de participar em todos processos de diálogo que impactam nas nossas vidas.



Figura 1: Participantes do lançamento Plataforma Mulher, Eleições e Governação.

## PRIMEIRO PLANO

# FÓRUM MULHER CRIA PLATAFORMA PARA IMPULSIONAR PARTICIPAÇÃO DA MULHER EM PROCESSOS POLÍTICOS

O Fórum Mulher, em Coordenação com o Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), lançou na passada, quarta-feira, 17 de Julho, em Maputo, a Plataforma Mulher, Eleições e Governação, um mecanismo que visa, dentre vários aspectos, observar o processo eleitoral em curso no País, tendo como base a perspectiva de género, de modo a impulsionar a inclusão e participação das mulheres nas diferentes fases do processo, tendo ainda em conta o grau de envolvimento e desafios enfrentados por elas nestes eventos.

A plataforma, que congrega diferentes organizações e grupos da sociedade civil, surge da constatação/necessidade de visibilizar o papel e a perspectiva das mulheres

e das raparigas nos processos eleitorais e no ciclo de governação como um todo. A criação desta plataforma é dinamizada por Organizações da Sociedade Civil (Fórum Mulher, Muleide, Olho do Cidadão, ASCHA, AMCS, Gender Links, IMD, AMMCJ, NAFEZA), que trabalham na promoção dos Direitos da Mulher e Raparigas.

Há que destacar ainda que, durante este processo, as organizações irão realizar sessões de formação sobre os instrumentos de governação e sobre as áreas relevantes, e também encontros com o governo de modo a avaliar o grau de inclusão das questões de género durante a implementação das políticas públicas, e ter como no fim do quinquénio poder Moçambique como

um exemplo que tem boas práticas no que diz respeito à inclusão quantitativa e qualitativa da mulher nos processos de governação.

De acordo com a Presidente do Fórum Mulher, Rafa Machava, a plataforma vai contribuir para a sensibilização dos partidos políticos e suas lideranças para incluírem mulheres e raparigas em lugares cimeiros nos processos eleitorais, manifestos eleitorais e na governação, bem como na exortação para a realização de eleições pacíficas, ordeiras, credíveis e sem violência.

*“Há quem possa pensar que esta é mais uma plataforma que não trazer nenhum resultado no entanto esta plataforma vai contribuir para a mudança de paradigma da visão que os partidos políticos devem ter em relação ao envolvimento da mulher”, disse Machava, para quem a mulher é quem faz a política em Moçambique, pelo facto de ser ela que adere massivamente às campanhas eleitorais, mobiliza as massas e faz eleger os homens, embora considere que o seu contributo não é reconhecido. “Mesmo assim, depois é relegada ao último plano quando se trata de ganhos após eleições”, acrescentou.*

Para Machava, com esta Plataforma a mulher, independentemente da cor partidária ou da filiação política, tem um espaço e para ir além do que faz neste momento, precisa-se, segundo ela, de mais mulheres governadoras, ministras, presidentes dos municípios entre outros cargos de destaque.

Segundo avançou, a ideia de criação desta plataforma surge dos esforços e do trabalho que diversas organizações da sociedade civil vêm realizando em prol da mulher e, neste caso, pretende-se que este esforço seja concertado e organizado em prol da mulher na política.

“Esta Plataforma pretende acompanhar o processo eleitoral que se avizinha, tendo como base a perspectiva de género com vista a promover a inclusão e participação das mulheres nas diferentes fases do sufrágio universal, desde a sensibilização, advocacia, observação eleitoral para que as mulheres possam participar efectivamente no processo”, disse Machava tendo adicionado que “espera-se com este mecanismo que os Partidos políticos estejam conscientes e adotem a perspectiva de género nos processos de elaboração dos manifestos eleitorais e que os órgãos de gestão eleitoral abram espaço para que as mulheres possam influenciar nos processos”.

Por sua vez, o Director Executivo do IMD, Hermenegildo Mulhovo, disse que a Plataforma Mulher, Eleições e Governação vai constituir um pilar de fortalecimento da sala da Paz, uma plataforma de observação eleitoral conjunta e no apoio aos organismos de gestão eleitoral, assim como aos actores políticos a serem sensíveis à mulher.

Segundo Mulhovo não se trata de moda de participação da mulher na política, mas sim uma necessidade para uma sociedade mais equilibrada e pacífica, por isso que esta é constituída por uma diversidade de organizações.

“A ideia não é que as mulheres devem constar das listas eleitorais, os partidos políticos devem ver em que posições colocam as mulheres se querem que elas sejam efectivamente eleitas, elas devem ser envolvidas em todas do processo”, disse o Director Executivo do IMD, ajuntando que o IMD continuará a trabalhar com estas organizações para fortalecer a assistência para a participação activa da mulher na política, não somente nas eleições, mas também no período pós-eleitoral em prol do equilíbrio.

Na Cerimónia de lançamento da Plataforma Mulher, Eleições e Governação ficou assente que as agendas dos partidos políticos devem ser consentâneas com a agenda global e que para que se efective os desideratos de valorização das capacidades das mulheres, o trabalho deve iniciar na família promovendo a equidade de género.

Por seu turno, Ana Rita Sithole, em representação da Frelimo, garantiu que no seu partido cinco Províncias, nomeadamente, Nampula, Inhambane, Gaza, Maputo-Província e Maputo-Cidade, as listas são encabeçadas por mulheres. “Nas nossas listas, a mulher ultrapassou a barreira dos 35%, que é a barreira estatutária. E agora estamos a tentar incluir as mulheres jovens pois precisamos de puxar por elas e trazer-las à arena política”, disse.

O evento também contou com a participação de personalidades de organizações da sociedade civil filiadas ao Fórum Mulher, a Sala da Paz, o IMD e os representantes de partidos políticos parlamentares e extraparlamentares, os quais mostraram-se unanimemente receptivos e enaltecem o lançamento da Plataforma tendo, comumente, assegurado que apesar das adversidades há uma tentativa da valorização do esforço da mulher nos respectivos partidos políticos.

# ACADEMIA POLÍTICA DA MULHER IMPULSIONA PARTICIPAÇÃO FEMININA EM PROCESSOS ELEITORAIS



Figura 2: Participantes do lançamento da plataforma

Ainda no âmbito de promoção e participação feminina em processos eleitorais e com intuito de aumentar a participação da mulher nos órgãos de tomada de decisão, foi lançada em Junho passado, a Academia Política da Mulher. “Trata-se uma plataforma que visa empoderar a mulher, através da capacitação e influenciar a sua participação activa na vida política, explorando espaços e oportunidades, com vista a atingir posições de liderança nos partidos políticos, órgãos ou instituições democráticas e noutros cargos eleitos no país”, de acordo com IMD, organização que lidera a Plataforma em causa.

Para a Deputada da Assembleia da República, Ana Rita Sithole, a academia veio no momento certo. “A Academia Política da Mulher vem numa altura em que realmente precisamos de um instrumento capaz de nos conduzir e sabermos identificar aquilo que nos une ultrapassando as barreiras partidárias que cada um de nós representa”,

NA ocasião, a deputada apelou aos partidos políticos presentes para se unirem em um propósito claro. “Devemo-nos despir de bandeiras partidárias e unirmos as forças para que estejamos representadas a todos os níveis, políticos, sociedade e religioso”, apelou.

Por sua vez, a Encarregada de Negócios da Embaixada da Suécia em Moçambique, Amanda Hogberg, destacou a importância do lançamento da academia como forma de promoção da participação política feminina em Moçambique. “Sinto-me honrada em fazer parte do lançamento da academia da mulher na política, pois para além do meu interesse especial, o meu país tem acumulado muita experiência ao redor do mundo, pela sua política externa feminista”, disse a diplomata para quem um governo feminista garante que uma perspectiva de igualdade de género seja trazida na formulação de políticas a nível nacional e internacional.

Já a Presidente do Fórum Mulher (FM), Rafa Machava, afirmou que o FM tem experiência de trabalhos numa perspectiva feminista, mas entende que a participação da mulher na arena política ainda tem muitos desafios. “É uma preocupação nossa ter mulheres em posições de tomada de decisão, bem como a constante de mudança da legislação. É preciso reconhecer que o trabalho de mobilização para os partidos políticos é feito pelas mulheres, incluindo o de campanhas eleitorais, mas infelizmente, a nível dos partidos políticos onde militam elas não têm oportunidade para concorrer para cargos decisórios”, lamentou.

# FÓRUM MULHER E CECAP PROMOVEM RETIRO DE DISCUSSÃO DO PROJECTO DE REVISÃO DA LEI DA FAMÍLIA, LEI DAS SUCESSÕES E PROJECTO DE LEI DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS UNIÕES PREMATURAS



Figura 3: Participantes do retiro

Na sequência das discussões que visam a harmonização das contribuições da sociedade civil na lei de família e no ante projecto de lei do direito sucessório, decorreu, em Mulotane no distrito de Boane, em Maputo, um retiro de discussão dos instrumentos supracitados e do projecto de lei de prevenção e combate às uniões forçadas.

O encontro que durou dois dias foi organizado pelo Fórum Mulher e a Coligação para eliminação dos casamentos prematuros (CECAP) em parceria com a 1ª Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e Legalidade e a 3ª Comissão dos Assuntos Sociais, do Género, Tecnologias e Comunicação Social da Assembleia da Republica.

As revisões destes instrumentos visam, por um lado, ajustá-los à actual realidade sociocultural do país com a orientação política resultante dos instrumentos regionais e internacionais adoptados por Moçambique, bem como eliminar disposições imprecisas e incoerentes. Acima de tudo, este processo visa garantir que sejam salvaguardados os direitos humanos das mulheres e crianças em Moçambique.

## LEI DA FAMÍLIA

Na sua intervenção sobre as principais propostas de alteração na lei da família, Vitalina Papadakis, juíza desembargadora, em representação ao Fórum Mulher, reiterou que entre várias disposições merecedoras de reforma destaca-se, nesta fase, a que se refere à idade núbil (idade em que uma determinada pessoa pode contrair matrimónio/casar ou viver em união de facto) por permitir, embora a título excepcional, o casamento entre e com menores de 18 anos.

A sugestão é que seja retirada a excepção e que a idade núbil seja 18 anos de idade por considerar que a união de menores com mais de dezasseis e menos de dezoito anos de idade é uma união de crianças, e pela necessidade de pressionar os governos a adoptarem normas que proíbam a constituição dessas relações e responder à necessidade de protecção da criança.

Ainda na lei da família propõe-se que seja alargado o período de uma união de facto (pessoas que vivem maritalmente sem que estejam casadas oficialmente) para que tenha efeitos jurídicos, que passe para 3 anos de convivência sem interrupção contra o período actual de 1 ano.

## LEI DAS SUCESSÕES OU DO DIREITO SUCESSÓRIO

Em relação a ante projecto de lei do direito sucessório, a proposta é que seja incluso para efeito sucessório o cônjuge sobrevivente e o companheiro da união de facto na primeira e segunda classes de sucessíveis, concorrendo com descendentes e ascendentes, por se entender que eles é que contribuiram para a construção do património do casal. Ou seja, em caso de morte do parceiro, tanto do unido de facto quanto do casado oficialmente, o que sobrevive além de 50% dos bens de que tem direito por meação, também deve concorrer no mesmo pé de igualdade com os descendentes (pais) e ascendentes (filhos) para a restante percentagem, pois, nas dinâmicas actuais, este contribui de forma directa para a construção do património familiar.

Igualmente propõe-se que sejam eliminadas as disposições que discriminavam os filhos nascidos fora do casamento (designados ilegítimos), pois este regime era menos favorável que os nascidos na dentro do casamento e que sejam retiradas as disposições que davam um tratamento privilegiado aos herdeiros do sexo masculino em detrimento dos herdeiros do sexo feminino.

## LEI DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS UNIÕES FORÇADAS E PREMATURAS

Relativamente ao projecto de lei de prevenção e combate à união forçada, propõe-se que seja elaborada uma lei que visa prevenir, proibir, criminalizar e mitigar os efeitos das uniões prematuras, tendo em conta as

leis nacionais, os instrumentos regionais e internacionais que consideram as uniões prematuras como uma violação dos direitos das crianças.

Assim, propõe-se que as uniões prematuras sejam reguladas numa lei especial e não estejam contidas em várias leis dispersas como a lei de Família e o Código Penal, de modo a garantir que esteja alinhada à Lei Modelo da SADC, na qual se baseia a Estratégia Nacional de Combate das Uniões Prematuras e permitirá

uma protecção integral das crianças. Igualmente propõe-se o uso do termo “uniões prematuras” no lugar de “casamento prematuro”. Outra proposta que visa maior participação da sociedade na mitigação das uniões prematuras e forçadas é a responsabilização de todos actores envolvidos na realização desta união e tornar a união prematura num crime público. Assim, qualquer pessoa que tome conhecimento da existência de uma união prematura pode e deve denunciar a entidades competentes.

## FÓRUM MULHER PROMOVE ACÇÕES DE SOLIDARIEDADE E APOIO AS VÍTIMAS DO CICLONE IDAI

**Apoiemos as MULHERES e RAPARIGAS Vítimas do Ciclone IDAI**

O Ciclone IDAI ficará para sempre na memória das populações directamente afectadas e de todo o país. Nem na mais profunda imaginação esperava-se tamanha destruição de sonhos, vidas, famílias e infraestruturas.

Manifestamos nossa solidariedade com as mulheres, jovens, raparigas e idosas que muitas vezes no contexto de emergência as suas necessidades são negligenciadas ajudando assim as vulnerabilidades pelo deficiente acesso aos serviços básicos, falta de recursos para aquisição de produtos de higiene individual e colectiva, baixo acesso aos meios de produção e risco elevado de ocorrência de assédio sexual, violência sexual e exploração sexual, infecção pelo HIV e solicitamos a toda sociedade civil a nível nacional, regional e internacional apoio nos seguintes produtos:

**Pensas higiénicas, Toalhinhas, Escovas de dentes, Bacias, Baldes, Toalhas de banho, Sabão, Roupa íntima (calções) e Utensílios de cozinha**

**Onde encontrar através de link:**  
link: <https://www.fundy.com/mozambique-ida-cyclone-aid-for-support-women>

**Conta bancária física:**  
N.I.B. 000301090017147102830  
I.B.A.N. MZ99000301090017147102830  
WIFI: 38ICNDH8

**Reporte de Produto:**  
Rua 164, Harare 210, ZÍ  
Banco de Multipropriedades do Fórum Mulher  
Tel: +263 92 81 01 666 (24h) 21 12 690

Logos: UNICEF, UNFPA, UN Women, OCHA, IRC, WFP, IFRC, SBC, AFRICA RISING, SAFETY, etc.

Era possível ver sofrimento no olhar das pessoas. As pessoas estavam desesperadas e nós tínhamos o dever de transmitir esperança e mostra que as coisas iam ficar bem”, disse.

Dados partilhados pelos órgãos de comunicação social davam conta que o número de mortes subiam. Assim, movido pelo princípio de solidariedade, o Fórum Mulher promoveu acções e solidariedade e apoio as vitimas. Através das redes sociais lançou campanhas de mobilização de donativos e de voluntários para apoiar na recepção, arrumação e distribuição como forma garantir que os productos cheguem as reais beneficiárias.

Adicionalmente, produzida e publicada mensagem de solidariedade que segue abaixo.

“Nós mulheres, articuladas pelo Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, tomamos conhecimento da catástrofe causada pelo ciclone IDAI na zona centro do país, afectando as províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete.

A cidade da Beira foi na sua maioria engolida pela fúria das águas e a região encontra-se praticamente incomunicável com o resto do país. Na sequência deste desastre natural muitas famílias perderam os seus ente queridos e todos seus bens. O luto e desgraça foi semeado nas nossas vidas e nas comunidades.

Nós, mulheres, raparigas, idosas e crianças somos as maiores afectadas nesta situação de crise humanitária. Com o nosso papel social de “cuidadoras” somos nós quem nos desdobramos nos centros de acolhimento pra cuidar dos doentes, feridos e crianças, colocando-nos muitas vezes em último lugar, mesmo quando em situação de gravidez/aleitamento onde precisamos de maior cuidado. Somos também as mais vulneráveis à situações de assédio, abuso e violência sexual. Assim, estamos mais expostas ao risco de contrair doenças como a malária, a cólera e ainda o HIV. Lidar com questões básicas como a nossa higiene menstrual é igualmente um desafio nestes contextos e a maioria do apoio oferecido não toma em consideração estas necessidades particulares e exclusivas para nós.

As províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete, foram fustigadas, em Março, pelo ciclone Idai. Um desastre natural que deixou a região centro quase submersa e incomunicável com as restantes partes do país.

Beatriz Roque, colaboradora da ORAM Sofala (Associação Rural de Ajuda Mutua), membro do Fórum Mulher, viveu de perto todo o cenário e esteve nos primeiros grupos que se deslocaram para ajudar vitimas. Ela conta que viveu momentos difíceis mas a vontade de ajudar falava mais alto. “Haviam muitos mortos. A cidade estava com mau cheiro, nada funcionava naturalmente.

Países vizinhos como o Zimbabwe e Malawi também sentem na pele os efeitos do ciclone. Dados partilhados pelo jornal O País, de 25 de Março, dão conta que mais de 761 pessoas perderam a vida, vítima de ciclone, nos três países, sendo que 446 são de Moçambique. Mais de 109.733 moçambicanos estão nos centros de acolhimento e cerca de 90.000 alunos sem aulas.

Informações dão conta que mais de 1276 KM2 de terra foi inundada. O que nos leva a assumir que enfrentamos também o início de uma crise alimentar sendo que é nestas terras onde as comunidades, na sua maioria mulheres, praticavam a agricultura familiar como fonte de alimentação e renda para suas famílias para além de

contribuir com cerca de 90% em produtos alimentares para as famílias moçambicanas que vivem nos centros urbanos.

Neste contexto, movidas pelo princípio de solidariedade que nos orienta como rede de mulheres da Marcha Mundial das Mulheres de Moçambique articuladas e coordenadas pelo Fórum Mulher, mobilizamo-nos para recolha de apoio às vítimas do ciclone, em particular para as mulheres, raparigas, idosas e crianças, nomeadamente. Erguemos igualmente as nossas vozes para reafirmar, mais uma vez, que somos fortes que o ciclone! Somos todas pela Beira, Manica, Tete e Zambézia. Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres.

## GÉNERO E VIOLÊNCIA

# “VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E RAPARIGAS TEM ROSTO: BASTA DE IMPUNIDADES E INJUSTIÇAS”



Figura 3: Participantes da marcha em direcção a praça da Independência

Este é o lema que juntou mulheres, jovens e raparigas, membros, parceiros e amigos do Fórum Mulher numa marcha alusiva as celebrações do dia internacional da mulher. A caminhada teve início às 9h:30 na Praça da Paz e terminou na Praça da Independência, em Maputo. “A escolha destes lugares não foi aleatória. Escolhemos a praça da paz porque aquele espaço representa a nossa luta pela paz. E a praça da independência porque tem uma representação histórica para todos os moçambicanos em particular a mulher. No caso queremos reafirmar que queremos viver em paz”, explicou Nzira de Deus, Directora executiva do Fórum Mulher.

Para Mangia Macuácuá, coordenadora do Movfemme (Movimento das jovens feministas de Moçambique), este é o dia não só de celebração, mas também de reflexão do contexto em que se vive no país. “Estamos aqui para dizer que as jovens feministas estão em alerta contra a opressão que o machismo vê construindo. Viemos para repudiar a injustiça que acontece de tantos casos que denunciámos sem resolução. Viemos pedir para que sejam julgados os casos, que sejam punidos os violadores, agressores e os corruptos porque queremos viver em cidades seguras”, disse.

“Vivemos um contexto de recolher obrigatório para as mulheres. Não andamos seguras nas ruas e transportes.

Vivemos num contexto em que as oportunidades são colocadas em meios de assédios e violação sexual o que denigra a nossa imagem. Por isso estamos aqui para exigir o nosso direito de sermos respeitadas”, acrescentou.

Fátima Mimbire, activista, usou da oportunidade para apelar a solidariedade para com as vítimas dos massacres em cabo Delgado e exigir justiça para as mulheres. “É um dia da reafirmação da luta da mulher. Estamos a lutar hoje pelo fim da violência principalmente a sexual e estrutural contra homens e mulheres feita pela falta de provisão de serviços básicos. Que este dia seja para lembrar que Cabo Delgado também é Moçambique e prestar nosso apoio as vitimas dos assassinatos”, disse.

O Dia da Internacional da Mulher foi instituído no início do século XX, no contexto da Segunda Revolução Industrial e da Primeira Guerra Mundial, quando ocorre a incorporação da mão-de-obra feminina, em massa, ao operariado. Em Moçambique as OSC, membros da rede do FM tem realizado debates, reflexões e partilhando mensagens de solidariedade de acordo com o contexto.

Este ano a semana da mulher foi celebrada num contexto de muita violência contra as mulheres jovens e raparigas no espaço público e privado. Um cenário de intimidação, medo e insegurança, em que mulheres, jovens e raparigas não podem circular de noite por temer a violência e abuso do seu corpo. Em que o custo de vida tende a ficar cada vez mais alto devido as restrições económicas e orçamentais que o país atravessa por conta das dívidas ilegais que beneficiaram uma minoria/elite da população Nacional.

De referir que um dos exemplos do contexto em que se vive em Moçambique foi a forma como o Concelho Municipal da Cidade De Maputo reagiu a carta enviada pelo FM a comunicando a realização da marcha pacífica de repúdio à violência contra as mulheres e raparigas, em particular a violência sexual, no quadro da celebração do Dia Internacional da Mulher, 8 de Março.

## GÉNERO E VIOLÊNCIA



Figura 4: Dulce Catarina

**“ FUI VIOLENTADA POR MUITO TEMPO E PERMANECI CALADA PORQUE QUERIA PROTEGER O MEU CASAMENTO ”**

**Dulce Catarina**  
Directora Executiva da Amudeia

Um terço das mulheres (33%) em idade adulta alguma vez sofreram violência física, independentemente da idade, nível de escolaridade, tipo de emprego, nível de rendimento e estado civil. O perpetrador da violência contra a mulher tende a ser alguém com quem ela teve uma relação amorosa. 62% das mulheres indicaram ser o actual esposo/parceiro e 21% indicaram ser o ex-esposo/parceiro. Cerca de 14.5% é perpetrada pelo padrasto ou madrasta<sup>1</sup>.

Dulce Catarina, actualmente Directora Executiva da Amudeia, membro do Fórum Mulher, faz parte do grupo de mulheres que viveu de perto e sentiu os efeitos da violência perpetrada pelo seu próprio parceiro. O ciclo só se quebrou quando ela decidiu sair do casamento e perder o tão “prestigiado” status de casada. Nesta curta entrevista, Dulce partilha connosco os contornos do seu casamento e como uma simples decisão mudou sua vida.

**FM: Quem é Dulce e qual é a sua história?**

DC: Eu chamo-me Dulce Catarina Aníbal Narciso, tenho 36 anos de idade, casada mas num processo de divórcio. Casei me quando tinha 28 anos de idade, tivemos três filhos e vivíamos juntos. Mas, com o andar do tempo, as coisas começaram a mudar. Meu marido trabalhava na Liga dos Direitos Humanos com a Dra. Alice Mabote. Conhecia bem as questões de direitos, igualdade e género.

Era muito religioso, era pastor e por causa desse cargo sempre aconselhávamos juntos casais. Nas nossas sessões orientávamos as pessoas a viverem em paz sem violência e que se respeitassem. Falávamos do amor ao próximo do cuidado, mas a nossa vivência era diferente.

<sup>1</sup> PLANO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À VIOLÊNCIA BASEADA NO GÉNERO - 2018-2021, pag. 7.

**FM: pelo perfil do seu parceiro, pode-se entender que todas as condições estavam criadas para um casamento feliz?**

DC: Sim, havia condições, mas a realidade em casa era bem diferente. Vivemos bem nos primeiros anos do nosso casamento, mas depois as coisas foram mudando. Começou a violentar-me. Tinha hora e tempo definido para falar e atender o celular. Privou-me de falar e sair com minhas irmãs. E batia-me. Sempre dizia que não tinha medo porque ainda que eu metesse a queixa nada ia acontecer. Lhe porque ele é jurista e trabalhador na Liga dos Direitos Humanos.

**FM: Em algum momento procurou ajuda para quebrar o ciclo?**

DC: Não é fácil procurar ajuda e contar que seu parceiro te bate. Só procurei ajuda quando senti que já não dava. Eu fui violentada por muito tempo e permaneci calada porque queria proteger meu casamento. Mas acabei procurando na minha família. No princípio até desacreditaram em mim, pela forma de ser do meu parceiro, dizia que não era possível um homem como ele ser agressivo, e de facto, ele era aparentemente calmo e na rua era muito diferente daquilo que vivíamos em casa. *Mas no final sempre dizia para ter paciência porque lar é assim mesmo, que tinha que proteger e cuidar do meu casamento. Os discursos não mudavam.*

Mais tarde procurei ajuda na igreja. Por ele ser um pastor nós tínhamos uma imagem a zelar. A igreja também me aconselhou a ter paciência orar muito que tudo ia passar. Disseram que eu devia proteger a imagem do meu marido que era um pastor muito respeitado. Instruíram a ficar calada e cuidar da minha família, mas ninguém imaginava os horrores que eu vivia. Sempre que ele chegava a casa era pavoroso para mim e para as crianças que viviam aquelas coisas feias.

Já procurei ajuda na LDH, liguei para a Dra. Alice Mabo-te, Directora executiva da LDH na época, e ficou de tomar uma acção mas não chegou a me dar retorno. Não tive apoio lá e isso lhe deu força, dizia que não lhe ia acontecer nada e que conhece bem as leis. Numa das vezes chegou a usar taco de golfe para me bater, e partir meu carro.

**FM: Onde surgiu a iniciativa de denunciar, considerando que tanto a família assim como a igreja recomendavam a ter paciência?**

DC: Eu fui formada como para-legal pelo Fórum Mulher. A situação em que eu vivia me deixou com problemas de auto estima, eu deixei de gostar de mim mesma. Não gostava de me olhar no espelho. E tinha até vergonha de andar nas ruas. Minha mãe via meu sofrimento, ela também era activista e sabia que o que eu vivia era violência. Ela me apoiou bastante. Me encorajou a tomar uma decisão, tive que fazer uma escolha entre continuar casada e ser violentada todos dias ou perder o status e viver uma vida digna.

Cansada da violência que vivia e estimulada pelo aprendizado que vinha tendo na Amudeia, membro do Fórum Mulher, eu tomei a decisão de denunciar. Eu fui dizer basta. Quando o processo iniciou ele saiu de casa, deixando-me lá com as crianças. O caso foi seguindo no tribunal e ele foi condenado a apagar me uma indemnização de 2.000,00 meticais e uma pensão para os filhos, mas mesmo assim não deu esse valor.

**FM: De que forma as acções formativas do Fórum Mulher foram uteis nessa fase da tua vida?**

As acções de formação do Fórum Mulher também mexiam comigo. Eu estava exposta a informações sobre violência e direitos humanos das mulheres e nunca pensei que aquilo pudesse acontecer comigo, mas quando dei por mim eu era mais uma vítima de violência doméstica.

Encontrei apoio no FM e na minha mãe, decidi ir denunciar e o caso seguiu normalmente, embora a indemnização que lhe foi dada seja pouca e não a tenha recebido. Hoje aconselho a todas as mulheres a olharem primeiro para si mesma. A não derem ouvidos a conselhos sobre paciência. Se dependesse da igreja eu ainda estaria a viver com a pessoa que por pouco ter-me-ia tirado a vida ou me ferido mais do que feriu.

A Amudeia, membro do Fórum Mulher, serviu como ali-cerce. Hoje estou num processo de divórcio e o ciclo de violência se quebrou. Faco minhas encomendas e ganho meu próprio dinheiro. Sou uma mulher independente.



Figura 5: Mulheres exigindo a prisão de um violador na esquadra do Benfica

## DESTAQUE

# ASSOCIAÇÃO HIXIKAWÉ LIDERA MANIFESTAÇÃO PARA DETENÇÃO DE UM VIOLADOR DE MENORES

A Associação Hixikawe, membro do Fórum Mulher, liderou uma manifestação, perto da 15 Esquadra Policial, no bairro Jorge Dimitrov, mais conhecido por Benfica. Em causa estava a exigência de detenção de um homem de 48 anos de idade acusado de abusar sexualmente de seus dois filhos menores e transmitir o vírus do HIV.

A menor com nome feitiço de Ana, que agora tem 17 anos e frequenta 9ª classe, conta que tudo começou quando tinha penas 9 anos, em Inharrime, província de Inhambane, onde vivia com seu irmão de 4 anos e o pai. “Ele chegou de noite veio tocar meu corpo e me tirou roupa, disse para eu ficar quieta que se eu recusar e falar ele ia deixar me sozinha com meu irmão no mato e ia se suicidar, mas que eu seria a culpada por tudo”, disse. “Isso repetiu-se por muitas noites até que eu comecei a ter feridas no meu órgão sexual. Me levou para o hospital, no entanto não me deixou falar com os enfermeiros, ele interagiu com todos. Vieram-me observar e me deram medicação somente para tratar as feridas”, acrescentou.

Apesar de ser uma menor com feridas no órgão sexual os técnicos de saúde que atenderam Ana, não fizeram o teste de HIV tanto que Ana só foi diagnosticada 4 anos depois, em Maputo, quando já vivia com tia. Seu pai fez questão de tratar pessoalmente das feridas. Mas

logo que estas sararam ele retomou os abusos. As noites de Ana deixaram de ser tranquilas e de um ciclo de abusos que repetiu por 4 anos. Mas a Ana não era a única vítima do seu pai, seu irmão, na época com 4 anos, também foi abusado e contraiu o vírus que o pai tinha a anos. “Comecei a ouvir meu irmão a chorar durante as noites, quando perguntei ele disse que o papa também se deitava com ele de noite, ele é um menino que agora deve viver de comprimidos como eu e o papa”, afirmou.

O sofrimento de Ana teve término quando a tia depois de visitar a casa da Ana e notou um ambiente estranho solicitou que a menor visse para Maputo sobre pretexto de férias rápidas. Foi nesse momento que a Ana conseguiu contar tudo o que acontecia para a sua tia. Na sequência da vinda da Ana para Maputo, seu pai, decidiu ir buscar a filha que vivia a 7 anos com uma das irmãs dele. Tomando conhecimento da chegada do filho me Maputo, o avo da Ana e a filha mais velha, com apoio da Hixikawe levaram o acusado para a 15 Esquadra da polícia, onde ele foi detido e aguarda a regularização da detenção.

“Ele já era fugitivo desde quando foi descoberto o caso desta menina. Mas quando soubemos que ele estava em Maputo fomos lhe puxar até a esquadra. Finalmente esta preso e esperamos que a justiça seja feita. É meu

filho, mas sei que o ele fez esta errado, deve pagar pelos seus crimes. Destruuiu a vida da minha neta. Isso não tem perdão”, disse o avo da menor.



Figura 6: Membros do Hixikawe durante o dia da manifestação

“Queremos que seja feita a justiça, e caso ele saia sem ser castigado ele não ira pisar na nossa casa, ele já não faz parte da nossa família. É um doente que não merece viver connosco e nem as filhas dele”, acrescentou.

Judite Mutote, coordenadora da Associação Hixikawe conta que Ana chegou à organização graças ao convite

de uma adolescente que já frequenta o centro. “Nós estamos a trabalhar com a menor a mais de três anos. Chegou debilitada já desistia do tratamento. Hoje tem 17 e vive uma vida normal, mas ainda tem muitos desafios pela frente”, conta.

“A Hixikawe me recuperou. Deram me apoio psicológico e me fizeram entender que eu não sou culpada de nada do que me aconteceu. Fui apenas e uma vitima de alguém que se aproveitou da minha inocência de criança. No Hixikawe eu me sinto em casa, ninguém me discrimina e me ensinam a encarar a minha situação com normalidade”, afirmou Ana. “Para as meninas que estão numa situação igual a que eu passei gostaria de dizer para não terem medo, que não se caíem, falem a verdade e busquem ajuda. Calar muda as coisas”, apelou a menor.

Hixikawe é uma associação sem fins lucrativos que trabalha e prol da promoção e defesa de pessoas vivendo com HIV. É membro do Fórum Mulher e esta sediada em Maputo, no bairro Malhazine.

## MULHERES JOVENS CAPACITADAS EM SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Autor: Elisa Come, Muleide I Edição: Fórum Mulher

Pelo menos 25 mulheres foram capacitadas, na cidade de Maputo, em matérias ligadas aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos, pela The African women’s Development and Communication Network – FEMNET em parceria com Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento- MULEIDE, membro do Fórum Mulher.

Trata-se de um treinamento inserido no âmbito do programa “Young Women’s stand be counted project”, um programa ligado ao empoderamento das mulheres promovido pela FEMNET. Esta rede africana de mulheres capacita organizações membros com vista ao fortalecimento destas em matérias concernentes a saúde da mulher para que se possa atingir os ODS em 2030.

O evento que decorreu sob o lema: “Mulheres Jovens, Levantem-se Façam valer a Vossa Presença”, tinha por objectivo capacitar jovens mulheres integradas em organizações juvenis em matéria de DSR.

A situação da saúde da mulher ainda deixa muito a desejar, devido ao contexto cultural dominado pelo patriarcado colocando a mulher numa posição de subordinada, sendo a que mais sofre por todo tipo de violência.

Dados oficiais indicam que mulheres entre 15 aos 49 de

idade, somente 12% usa de métodos contraceptivos. Segundo IDS 2015, em Moçambique, estima-se que 13.1% das mulheres, e 9.2 % dos homens estão infectados em idades compreendidas entre 15-4. O índice de sero prevalência é 4ª maior vez nos adolescentes que representam certa de 33% da população total.

Factores sócio culturais estão por detrás deste fenómeno, pois muitas mulheres não têm capacidade de negociar o sexo, não só ainda prevalece casos de uniões forçadas, vitimando crianças.

“Como forma de reverter este cenário, é necessário educar e informar as mulheres e raparigas sobre a saúde sexual. Por isso, esta formação versou também violência baseada no género, mutilação genital feminina, entre outras práticas culturais nocivas a saúde da mulher”, explicou Clotilde Malate Noa, Oficial de Programas da MULEIDE, parceiro organizador da capacitação.

Refira-se que durante a capacitação, as formandas foram doptadas de técnicas e ferramentas através das quais podem advogar junto das entidades competentes pela saúde das mulheres e da comunidade em geral. Para além de advocacia de lobby, tiveram uma preparação em comunicação com vista a influenciar decisões, políticas sociais, económicas e políticas públicas no geral.

# SOCIEDADE CIVIL DEBATE IMPACTO DOS CONFLITOS ARMADOS NA VIDA DAS MULHERES E RAPARIGAS

Por: Elisa Come, Muleide

Foi Lançada, no mês de Fevereiro, a pesquisa cujo título é “Impacto dos Conflitos Armados na Vida das Mulheres e Raparigas em Moçambique”. Este trabalho resulta da parceria entre a Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), membro do Fórum Mulher, e o Centro dos Estudos Estratégicos Internacionais (CEEI) da Universidade Joaquim Chissano, o extinto Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI).

A pesquisa foi financiada pela Advogados Sem Fronteiras Canadá (ASFC), e insere-se no âmbito do projecto de “fortalecimento do acesso à justiça em Moçambique” que visa empoderar as mulheres para o combate a violência de género e contribuir activamente para instaurar um diálogo nacional sobre justiça de transicional e dos direitos das mulheres.

Contada em 83 páginas, a pesquisa relata a vida de mulheres e raparigas que vivenciaram conflitos armados em quatro províncias, nomeadamente: Nampula, Zambézia, Sofala e Gaza, no período pós-independência nomeadamente a guerra dos 16 anos, e das hostilidades militares de 2012-2014.

Para a ASFC, os conflitos armados acarretam graves consequências na saúde física e psicológica, e no desenvolvimento social de pessoas e comunidades afectando de maneira determinante o desenrolar do curso de vida de quem se vê atingido por tal violência. “As vítimas sofrem de forma permanente a interrupção de “um futuro que nunca chegou”.

“Escutar a voz daquelas que sofreram na própria vida, e do seu entorno, as consequências dos conflitos, é essencial para se percorrer um caminho que leve a um processo de paz e reconciliação duradouro e garanta o acesso à justiça das vítimas e o seu empoderamento emancipação”, destacou a ASFC.

Já a Presidente da MULEIDE, Filipa Baltazar considera que o estudo vai contribuir para a reconstrução de uma consciência sobre o impacto específico que as violações dos direitos humanos das mulheres têm na sociedade e na construção da paz que, servirão de base para o contínuo trabalho da MULEIDE e de outras organizações feministas na protecção e defesa dos direitos das mulheres em Moçambique, assente nos pilares de uma justiça transicional que seja capaz de dar voz às vítimas de conflitos e de compensar, onde for possível, pelos danos destes na vida das mulheres e raparigas representam mais de 50% da população moçambicana.

“Estas pessoas têm lembranças muito nítidas do que aconteceu no período do conflito dos 16 anos e que depois viveram o conflito político-militar de 2012. Encontramos ainda pessoas com traumas e problemas psicológicos, umas reclamando pelos bens que haviam perdido. Mas mais do que a perda de bens, elas reivindicavam que queriam ser ouvidas e voltar para um processo de reconciliação”, explicou a Pesquisadora do CEEI, Eгна Sidumo

## ACTUALIDADE

# “ACESSO À PROTECÇÃO SOCIAL, SERVIÇOS PÚBLICOS E A INFRA-ESTRUTURAS PELAS MULHERES NO CONTEXTO DA CRISE ECONÓMICA/RESTRICÇÕES ORÇAMENTAIS”

Alusivo às celebrações da semana da mulher, o Fórum Mulher realizou, no Centro Cultural Franco Moçambicano, em Maputo, uma mesa redonda sobre o “**Acesso à protecção social, serviços públicos e infra-estruturas pelas mulheres no contexto da crise económica/restricções orçamentais**”. Trata-se de um evento que contou com a presença de mais de 50 participantes, Instituto de Se-

gurança social, Plataforma da Protecção social, várias organizações da sociedade civil, membros e parceiros do Fórum Mulher. Igualmente foi convidada a activista social Fatima Mimbire, para falar sobre como o endividamento **público ilegal afecta todos os esforços de redução de pobreza em Moçambique**.



Figura 7: Da esquerda a direita:  
e Luisa Firmino, concelho fiscal do Fórum Mulher.

Além debater sobre os programas sociais, a actividade também serviu como ponto de partida para a reflexão do Comité sobre o Estatuto da mulher (CSW) nas Nações Unidas sobre o mesmo tema e em revisão o “empoderamento das mulheres e sua ligação com o desenvolvimento sustentável”.

Nas notas introdutórias, Maria Paula Vera Cruz, Presidente do Conselho de Direcção do Fórum Mulher, referiu que o actual cenário de violência não permite que as mulheres se encontrem para debater sobre o seu dia-a-dia, mas que a mesa-redonda foi pensada como um espaço de articulação sobre um tema que afecta as mulheres e sobre como podem buscar alternativas para que todas possam desfrutar desse direito previsto na lei. “Estamos para mais uma vez aproveitamos este momento para falarmos e reflectirmos sobre a protecção social que, apesar de ser um direito humano previsto na lei, muitas vezes não usufruímos”, disse.



Figura 8: Nzira de Deus, Directora Executiva do FM

“Queremos falar da protecção social que é um campo a que poucas de nós têm acesso e sobre pouco conhecimento de como esse direito pode ser exercido. O objectivo final é trazer a partilha das nossas experiências e das nossas preocupações sobre este tema”, acrescentou Nzira de Deus, Directora Executiva do Fórum Mulher.

Sobre o estágio da protecção social em Moçambique, Olívia Paipe, do Instituto Nacional de Acção Social, confirmou que houve aumento do número de famílias ou beneficiários de assistência social, no entanto os desafios ainda continuam. “O número de agregados familiares subiu de 254.000,00 para 427.000,00 mas os desafios ainda persistem. A fraca cobertura das populações elegíveis ao programa e a necessidade de revisão dos instrumentos que regulam a protecção social de modo a ajustá-los à nova realidade figuram na lista dos desafios”, explicou.

“Os padrões internacionais indicam que deviam ser canalizados pelo menos 1.7% do PIB para o sector da protecção social. Mas até 2017 Moçambique apenas canalizava 0.17% do seu PIB para este sector”, explicou Sérgio Falange, Plataforma de Protecção Social. Na ocasião, o FM convidou a activista Fátima Mimbiri, para falar do impacto das

**“Como o endividamento público ilegal afecta todos os esforços de redução de pobreza em Moçambique”**, por Fátima Mimbire - Activista



Figura 9: Da direita a esquerda: Feroza Zacarias, Directora Executiva do FORCOM, e a activista Fátima Mimbiri

Na sua intervenção, Fátima referiu que as empresas contraíram com garantias do Estado cerca de \$2.1 bilhões de dólares, mas, para o pagamento destas dívidas, o Estado moçambicano, no caso de a incapacidade dessas empresas pagarem, terá que garantir \$331 milhões, ou seja, sete vezes por ano. Isto significa que o Estado devia disponibilizar \$2.3 bilhões anuais apenas em pagamento das taxas de juros. Isto quer dizer que estamos a apagar o dobro do valor emprestado.

A questão que colocamos é como é que isto nos afecta enquanto mulheres, cidadãs ou cidadãos moçambicanos?

### No sector da educação:

Este valor seriam mais escolas a serem construídas ao longo do país, e as maiores necessitadas da educação são as mulheres jovens e raparigas pois fazem a maior parte da população. E quando nós vamos as zonas rurais onde há maiores necessidades de investimentos neste sector, as raparigas terão menos acesso a educação e de progredir.

Até 2017 tínhamos cerca de 200.000,00 crianças em idade escolar fora da escola porque o Estado não tinha condições de absorver-las.

O número mínimo de novos professores a serem contractados por ano seria de 20.000,00, no entanto com a descoberta do esquema das dívidas ocultas

muitos recursos, que eram muitas vezes canalizados ao sector da educação, foram cortados. Isso significa que serão contractados menos professores, e neste momento estamos a contactar apenas 3.000,00 e o défice é enorme. Quem será prejudicado serão as mulheres pois ainda são a maioria nas salas de aula.

### No Sector da Saúde

Quando o assunto é saúde as maiores usuárias são as mulheres. Isso significa que a medida que paramos ou desinvestimos no sector da saúde, por conta do fraco investimento, porque reduziu o apoio dos doadores, mas também porque o Estado não esta alocar os recursos que deveria alocar, então estamos a penalizar mais as mulheres por conta do endividamento.

O peso é maior não só por ponto de vista de construção de unidades sanitárias, mas também do ponto de vista de acesso a medicação. Quantas vezes ouvimos relatos de pessoas sem acesso ao medicamento básico? O CIP monitora a disponibilidade de medicamentos através da plataforma a utente repórter e os dados que nos chegam da indisponibilidade são críticos.

Quando falamos da malária, que não conseguimos erradicar, das cóleras cíclicas, da tuberculose resistente, adicionada a essas doenças endémicas, o cancro, as diabetes e hepatites, só para imaginar, que se continuarmos sem investir no alargamento da rede sanitária significa que não estamos a investir na saúde para os nossos cidadãos em particular para as nossas cidadãs que são as maiores vítimas. Reduzir o investimento no sector de saúde prejudica as mulheres.

### Agricultura e Infra-estruturas

Quantos quilómetros de estrada poderíamos construir com esse dinheiro, não só para viabilizar o turismo e o desenvolvimento económico, mas também para viabilizar a agricultura que um dos grandes problemas tem a ver com as vias de acesso para o escoamento dos produtos. E quem trabalha na agricultura a maior parte são as mulheres, ou seja, se não investirmos na agricultura as mulheres vão continuar a trabalhar e empenhar esforço e no final não terão onde colocar seus produtos enquanto continuamos a perder milhões de dinheiros por causa da corrupção.

A dívida odiosa veio criar maior pressão para o sistema de protecção social porque temos hoje pessoas mais pobres. Em 2016 e 2017, mas de 200 empresas fecharam as portas significando que a fonte de rendimento dessas famílias ficou prejudicada. O que aconteceu com essas pessoas? Em que condições essas pessoas se encontram? Em condição de vulnerabilidade, que é o que o sistema de protecção social pretende resolver. E as mulheres são as mais prejudicadas.

## 25 ANOS INSPIRANDO MULHERES E RAPARIGAS PARA UM MUNDO MELHOR”



Figura 9: Da direita a esquerda: Patrícia Mcfadden, e Becas Mateus apoiando na tradução

O Fórum Mulher lançou, no dia 5 de Maio de 2018, a campanha das celebrações do seu XXV aniversário sob o lema: “25 Anos inspirando mulheres e raparigas para um mundo melhor”. A campanha foi lançada durante a Assembleia Geral dos Membros, um evento anual, que decorreu em Maputo. A Assembleia é um momento que junta todas as organizações membros do Fórum Mulher para discutir e aprovar vários instrumentos que fazem parte do dia-a-dia da instituição.

Contudo, a Assembleia não foi o único momento de comemoração, as festividades seguiram ao longo do ano e culminaram com uma grande gala antecedida por uma reflexão sobre o percurso da organização e seus principais marcos, conquistas e desafios ao longo desses 25 anos.

Para falar sobre feminismo e resistências em tempo conturbados, o FM convidou a feminista, do Reino Esawatini, Patrícia **McFadden para intervir**.

Na ocasião, Patrícia Mc Fadden felicitou a rede do FM pelos 25 anos e convidou as mulheres serem protagonistas da sua própria história. “Com 25 anos somos jovens mais também somos velhas. O que é importante é contar a nossa história com as nossas palavras, só assim estaremos a reconhecer nossas lutas. As vezes, nós feministas temos receio quando queremos dizer as nossas palavras e muitas de nós não paramos para ver o que está sendo dito sobre nós. Se Nós olharmos para a História, veremos que a história deles não nos inclui”, disse.

**Para McFadden 25 anos de activismo e de advocacia** mostram o poder da mobilização, advocacia e visão, todo trabalho, toda energia, toda paixão que as mulheres trouxeram durante estes 25 anos portanto, são elementos chaves na história na sociedade moçambicana”.

Sobre a presença da mulher na esfera pública Patrícia considera que 25 anos é uma declaração de que as mulheres que participam da luta são sobreviventes do retrocesso. Considerando ainda que o espaço público é um campo masculinizado e a presença das mulheres nesse espaço está directamente ligada à sua participação na era colonial. “Muitas de nós não somos contadas e nem se lembram depois, mas abrimos o espaço público, juntamo-nos a luta de libertação e tornamo-nos a resistência, não era somente pela bandeira e pelo hino nacional, era mais para que nós entrássemos no espaço publico como pessoas, uma vez que já existíamos no espaço privado como propriedades dos nossos pais, tios, primos, de todos que estão a nossa volta e entram em nós de uma forma heterossexual”, afirmou.

“Entrar no espaço público para nós era uma necessidade para que fossemos visíveis como pessoas e agentes que contribuem para mudanças, portanto a mobilização e a advocacia que o fórum mulher engajou-se é uma reflexão da nossa presença na esfera pública, da nossa reivindicação por reconhecimento dos nossos esforços e da nossa participação na história”, acrescentou



Figura 10: Participantes da assembleia

## ELEITOS NOVOS ÓRGÃOS SOCIAIS DO FÓRUM MULHER

Foram eleitos em Maputo os novos órgãos sociais do Fórum Mulher. A eleição aconteceu durante a 26ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral dos Membros do Fórum Mulher, um evento anual que junta todas as organizações da sociedade civil que são membros e parceiros de implementação para discutir os vários instrumentos a serem usados ao longo do ano e validar o relatório e plano anual.

Para a presidência do conselho de direção, foi eleita Muleide- Mulher, Lei e Desenvolvimento, representada por Rafa Valente, a Directora Executiva.



Figura 11: Paula Vera Cruz, a esquerda, entregando as pastas a nova presidente do Fórum Mulher, Rafa Valente.

Na ocasião, a recém-eleita referiu que para organização que dirige a eleição significa crescimento e uma oportunidade para reforçar seu papel como membro fundador. Rafa acrescentou ainda que o seu mandato será centrado na unificação da rede. “O Fórum Mulher é uma rede de todas as mulheres e queremos fazer com que as organizações voltem a ter esse sentido de pertença, que se revejam e sintam que quando estão no fórum Mulher estão no lugar certo. Agora trago a minha experiência na Muleide e tenho a missão de traz-

er a vibração e coesão desta rede que ao longo desses 25 anos fez seu papel para salvaguardar os direitos das mulheres e raparigas”, disse.

Por seu turno Maria Paula Vera Cruz, a presidente cessante, faz uma positiva dos 4 anos e diz que deixa a posição com sentimento de missão cumprida. “Tivemos vários tipos de constrangimentos, mas usamo-los para aprender. O meu mandato foi voltado à produção de instrumentos de governação interna, pois havia essa necessidade. Hoje temos um manual de procedimentos em finalização, uma política anti-fraude pronta, uma política de RH também finalizada, e vários outros instrumentos que sinto que trarão mais-valia para o FM”, disse. “Eu apenas não estarei na direcção mas continuarei sempre no FM, ao lado da nova direcção para apoiar e para garantir que os objectivos do FM sejam alcançados como fiz ao longo do meu mandato. Dei de mim para construção de uma equipa de união e solidariedade umas com as outras e tenho isso como um dado adquirido”, acrescentou.



Figura 12: Membros no processo de votação dos novos órgãos sociais

Refira que para a eleição de novos órgãos foi criada uma comissão presidida por organizações membros do FM como a Care Internacional, o Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM), a Actionaid Moçambique e Progresso.

Vivaldo Banze, da Care Internacional, considerou que liderar esse processo foi um privilégio e faz a avaliação em dois momentos: “O primeiro momento é que conseguimos alcançar os resultados, aquilo que pretendíamos e penso que o fizemos de forma exemplar. A nossa intenção era evitar o mínimo de reclamações e contestações pelo processo, mas também pelos resultados e acho que fizemos com muito sucesso. O segundo momento tem a ver com os desafios desse processo, e acho que no geral estão ligados aos procedimentos, no que concerne à fase final, depois da notificação dos candidatos, e o tempo que resta para a votação. A impressão que tivemos é que o tempo de notificação antes da eleição é muito curto, o que não possibilita que uma vez validadas as candidaturas, os candidatos tenham tempo de interagir com os membros e façam uma espécie de campanha.

E para finalizar, Vivaldino recomenda que o FM elabore um documento a ser usado especificamente no processo eleitoral para reduzir o máximo possível de ambiguidades. “Uma das formas de resolver essas lacunas é ter um regulamento específico de eleições. Porque o regulamento dos estatutos traça de forma geral os diferentes temas e aspectos que a organização deve lidar com elas, e também alguns princípios básicos de como deve funcionar cada uma das áreas e temas, mas ele não é exaustivo. Dai que um regulamento das eleições ia limar essas lacunas e reduzir as incongruências”, recomendou. Além da Muleide, também, foi eleito o Fundo de Desenvolvimento Comunitário (FDC), e Fórum das Associações Femininas da Zambézia (NAFEZA) para a posição de 1 e 2 vice-presidente, respectivamente.

Para a presidência do concelho fiscal entra Kutenga, Associação das Mulheres de Carreira Jurídica, como segunda vogal e a União nacional dos Camponeses para segundo vogal. A mesa da assembleia mantém a coalizção como presidente, a Associação Sócio cultural Horizonte Azul como vice presente e de novidade entra a ORAM Sofala (Associação Rural de Ajuda Mutua).

## “PELO DIREITO A UM TERRITÓRIO, POIS SOMOS TODAS MULHERES”



Figura 13: Participantes da acção na sala do Fórum Mulher

Estas são uma das mensagens que coloriram a sala do FM para prestar solidariedade as mulheres do Saharaoui. Para o acto, organizações da sociedade civil, membros do FM e activistas juntaram-se na tarde do dia 18 de Fevereiro num gesto de solidariedade para com as mulheres, jovens e raparigas de Sahara ocidental.

A reflexão também serviu como pretexto para reconhecer as lutas das mulheres, o seu papel e contribuição em vários sectores que colaboram. Recordando as mulheres que deram a vida por um bem comum. Nzira de Deus, Directora executiva do FM referiu que

apesar da falta de água, de mantimentos, quando se fala de apoio as mulheres do Sahara elas apenas pedem que as suas lutas cheguem aos demais povos. “Elas pedem que falemos das suas lutas pela liberdade pois é o único país da africa que ainda é colonizado. Elas pedem para que não deixemos que o mundo se esqueça da sua história e resistências. Que apoiemos na visibilidade pois a média internacional tem estado de forma estratégica a ocultar as suas lutas”, disse.

De Deus foi mais afundo explicando que a luta pelo controlo da região do Sahara tem a ver com a necessidade de controlar os recursos minérios que a região tem e que não se distingue muito do cenário actual de Moçambique. “Fazendo uma ponte podemos ver que estamos num contexto semelhante ao do Sahara, mesmo não sendo na mesma dimensão. As companheiras, mulheres jovens e raparigas de Cabo Delgado estão a viver momentos muito difíceis por conta desses recursos que nós temos na província. Suas casas são queimadas e pessoas assassinadas das piores formas como pressão para que elas abandonem a região e mais tarde uma livre exploração do que la existe”, afirmou.

Apesar desse cenário todo complicado, Nzira entende que ainda há espaço para que mulheres possam se unir e numa única corrente garantir que todas possam usufruir dos seus direitos. “É preciso cada dia resistir e não recuar. Mostrar ao mundo o que as mulheres vivem e não deixar que isso fique como um problema isolado”, acrescentou.

Por seu turno, Graça Samo, coordenada do Secretariado da Marcha Mundial das Mulheres em Moçambique, entende é importante que nos solidarizemos com elas pois apesar de este assunto ser muito antigo ainda é

desconhecido por muitas nações. “Porque não ouvimos nossos governantes a falar do Sahara ocidental? Porque ninguém comenta sobre o que passam as mulheres jovens e crianças daquele lugar? O contexto de colonização em que vivemos ou que foi a base de ocupação dos territórios continua acontecendo. Hoje falamos do novo colonialismo e isso é um indicativo de que mesmo nós que consideramos nos independentes, ainda não somos tao independentes como parece porque tudo que acontecia no passado ainda continua. Ainda vivemos contextos de ocupação dos territórios, de usurpação dos recursos e quem faz isso tem que separar os povos para melhor penetrar, pilhar e controlar”, contou.

Para Graça, quando falamos de apoio às mulheres da Saharaoui, também é preciso reconhecer as forcas que no meio desses desafios escolheram estender a mão e dar o seu apoio. “É preciso reconhecer o apoio que a Argélia esta a prestar às famílias Saharoui. É graças a este apoio que elas ainda têm um espaço para se organizarem e resistirem”, acrescentou.

Madalena Cidália, coordenadora da Associação das Vítimas de Violência Domestica, AVVD, entende que é responsabilidade das mulheres fazer correntes de solidariedade e apoio. “O que será daquelas mulheres se nós não nos unirmos e dissermos basta? Elas também têm direitos como nós, e se hoje estamos aqui é porque alguém lutou e temos que fazer o mesmo por elas”, disse. “Elas vivem um terror” reforçou Cidália. Para ela, governantes do nosso país não tem legitimidade para se pronunciar sobre Sahara pois não são nem capazes de tomar um posicionamento sobre as matanças que estão a acontecer em cabo Delgado. “Como o nosso governante vão falar sobre Sahara se não conseguem resolver o que acontece aqui no país deles? Meninas são violadas em cado Delegado todos os dias, as crianças não estão a estudar por medo do terror que la se vive. Ate um jornalista é preso em pleno exercício do seu trabalho, que lugar e esse?” Questionou. Por isso, Cidália sugere que as mulheres ampliem suas vozes e não pare de resistir ate que as mulheres, jovens e crianças daquela região possam viver livremente como a outras.

## ALTA COMISSÁRIA DO CANADÁ VISITA FÓRUM MULHER PELA PRIMEIRA VEZ



Figura 14: Membros do FM recebendo a embaixadora do Canadá

“Obrigada por esta oportunidade de aprender sobre o Fórum Mulher e sobre as mulheres aqui presentes. Nós temos um governo feminista e queremos ouvir, aprender e partilhar experiencias com vocês”, foi assim que Caroline Delany, a nova alta comissária do Canadá deu início a sua visita ao Fórum Mulher, na manhã do dia 20 de Fevereiro, em Maputo. O encontro que contou com a presença de cerca de 10 organizações membros do Fórum Mulher visava estabelecer parcerias, bem como a identificação acções para trabalho em conjunto.

Na ocasião, a embaixadora quis entender as estratégias usadas pelo Fórum Mulher para articulação em rede. “Vocês são uma rede de muitas organizações e tanta adversidade de mulheres e áreas estratégicas. Como conseguem trabalhar, se articular e atingir seus objectivos?

“A nossa organização nasceu sem parceiros nem doadores. Mas nos inscrevemos para ser membros do Fórum Mulher e o ele nos ensinou a nos conhecermos, a entendermos a razão da nossa existência como organização, onde estamos, onde queremos ir e a quem queremos ajudar”, respondeu Teresa Mboa, membro da Associação da Industria Açucareira (Amudeia).

“De seguida o FM nos formou como activistas, como paralegais, como gabinetes de atendimento para defender as mulheres. Essa articulação que temos é porque cada mãe sabe responder as preocupações dos seus filhos, e esse é o estilo do FM. É como uma mãe para nós. Cada organização tem os seus problemas e suas actividades mas o FM responde mediante aquilo que cada uma apresenta. Tudo que somos hoje é graças ao Fórum Mulher”, acrescentou.

Por seu turno, Dalila Macuácuá, Directora Executiva da Associação Sócio Cultural Horizonte Azul (ASCH), considera a metodologia usada pelo FM é um dos grandes segredos para essa adversidade tanto da rede assim como de mulheres. “O que faz com que haja essa adversidade é por uma parte resultado da metodologia e ideologia que o FM construiu ao longo do tempo. A ASCHA passou a ser membro do FM em 2011 e na época eramos uma organização que prestava serviços para crianças órfãs e vulneráveis. Mas ao nos tornarmos membros, fomos desafiadas a nos percebermos e conhecermos como organização. O que temos como visão

e missão e como é que nós queremos criar condições para que o nosso grupo alvo se tornasse sujeita política até formarmos este movimento de raparigas e mulheres jovens”, disse. “Nos contruímos e começamos a perceber as diferenças. Entendemos que como

organizações de mulheres o que deve importar são os direitos humanos das mulheres. E que apoiando umas as outras é que vamos ocupar os espaços. Isso foi o FM que nos ensinou”, acrescentou.



Figura 15: Da esquerda a direita: Mirna Chitsungo, assistente de comunicação do Forcom, entrevistando O responsável pela Educação ao nível da localidade de Xinavane, José António Muchanga,

## RÁDIOS COMUNITÁRIAS CONTRIBUINTES PARA A REDUÇÃO DAS DESISTÊNCIAS ESCOLARES EM XINAVANE

O trabalho desenvolvido pelas Rádios Comunitárias Gwevhane e Xinavane no âmbito dos programas Radiofónicos implementados pelo FORCOM, membro do Fórum Mulher, com o apoio da Unicef e das Embaixadas da Suécia e Holanda, no contexto do programa Agir através da DIAKONIA, está a surtir efeitos na Educação, particularmente no que respeita a valorização da Educação por parte da Comunidade, facto que concorre para redução dos índices de desistência Escolar.

O responsável pela Educação ao nível da localidade de Xinavane, José António Muchanga, fala do contributo das Rádios Gwevhane e Xinavane para a redução da desistência escolar naquela localidade. “Tínhamos casos de crianças que abandonavam a escola por conta do trabalho infantil e nos programas que a Rádio tem vindo a divulgar sobre a educação, trabalhamos em conjunto para sensibilizar aos pais e encarregados de educação para que priorizarem a educação, para que não entrega seus filhos para a exploração infantil. Porque a comunidade deposita confiança na Rádio, esta prática reduziu em grande medida e o número das desistências está a reduzir. Dados de 10 escolas primárias da nossa localidade registaram em 2016 cerca de 130 desistências e em 2017 registou 96 desistências. Já em 2018, registamos apenas 52 desistências. Desta forma podemos dizer que há resultados”, frisou o responsável acrescentando que a Rádio tem vindo a trabalhar na di-

vulgação das matrículas, das normas e regulamentos e traz impactos positivos porque a comunidade acredita e confia na Rádio.

Por seu turno, o líder Comunitário e ouvinte assíduo das Rádios Comunitárias Gwevhane e Xinavane, Mavunduro, confirmou que as rádios Comunitárias têm trazido muitos ganhos na comunidade, porque houve uma grande redução no que respeita ao método de educação com recurso à violência e também da prática de forçar as crianças a abandonarem a escola. “Com as informações difundidas através da Rádio notamos muitas mudanças aqui na nossa comunidade, por exemplo os pais e encarregados de educação já não usam a agressão como forma de educar as crianças porque a Rádio assim nos ensinou. Era normal os pais forçarem os seus filhos a abandonarem a escola por conta da pastorícia e do comércio infantil, mas graças a Rádio, hoje temos muitos pais que ganharam consciência da importância da escola. Actualmente são os próprios pais a obrigarem as crianças a irem à escola e a exigirem resultados positivos, tudo isso agradecemos a Rádio”, disse o líder comunitário sublinhando que ainda persistem desafios para a mudança de outros comportamentos e coloca a Rádio como um instrumento fundamental para derrubá-los.

Refira-se que o FORCOM conta com 51 Rádios Comunitárias membros, com as quais tem trabalhado dia-pôs – dia para a redução de práticas nocivas nas comunidades.

# “EU SINTO-ME UMA HEROÍNA”

Filomena Chavanguane



Figura 16: Filomena Chavanguane - Activista social

Este é o sentimento que caracteriza Filomena Chavanguane, depois de passar por vários tipos de violência. Chavanguane é uma activista social na Associação Sócio Cultural Horizonte Azul (ASCHA), uma organização membro do Fórum Mulher que trabalha em prol da promoção dos direitos da rapariga.

A voluntária de 21 anos de idade é residente no bairro de Maxaquene A, uma zona periférica da cidade de Maputo. A jovem conta que nasceu numa família com poucos recursos financeiros mas com a morte do seu pai a situação piorou. “Nós vivíamos numa dependência de um quarto e sala, era pequena mas tínhamos que caber todos e éramos seis. Quando meu pai faleceu a família dele nos obrigou a sair. Tivemos que abandonar a casa e tivemos abrigo na família da minha mãe” conta.

A mudança de residência também implicou a mudança do bairro. No novo bairro Filomena não tinha condições de pagar transporte para a escola e por isso teve que interromper na 8 classe. Passados seis meses da morte do pai a activista também perdeu sua mãe e não tardou para que a família da falecida mandasse embora os irmãos órfãos.

Estes foram obrigados a voltar para casa onde tinham crescido, no bairro de Maxaquene, e disputar a casa no tribunal com a família do pai. No meio do processo de disputa pela casa Filomena conta que só conseguia alimento graças a boa vontade de alguns vizinhos.

Sem mãe nem pai, Filomena entrou em depressão e sentia que a vida não mais fazia sentido. “Fiquei deprimida, comecei a beber e a fumar, eu me drogava para esquecer da vida. Nisso tudo precisei arranjar formas de comprar bebidas e drogas. As vezes conseguia de alguns trocados que meu irmão me deixava para cozinhar mas comecei a me relacionar com homens mais

velhos para ter dinheiro. E depois fui morar com um na tentativa de fugir dos problemas da minha família e porque ele podia-me dar de comer sempre”, conta.

Mas a nova vida do lar não trouxe o sossego que a jovem buscava. “Ele começou a me violentar. Me batia, me obrigava a ter relações sexuais com ele e sempre que podia me jogava na cara que eu era uma sem teto. Que eu não era nada e não tinha nada”, conta Filomena com olhos cheios de lágrimas. “Fiquei deprimida e pensava que aquele era fim da minha vida. A família dele não me ajudava, sempre que me batia eles me diziam que lar é assim mesmo, aguenta-se com paciência”, desabafa.

Enquanto vivia no lar, Filomena perdeu suas duas irmãs, vítimas de doença. E ficou apenas com um irmão, com quem vive actualmente. Este foi que a impulsionou a voltar para escola. “Meu irmão via meu sofrimento e sempre me chamava para conversar. Me pediu para abandonar aquele lar e voltar a escola. Eu sempre dizia que não tinha coragem de sair, mas ele me fez entender que eu era muito jovem e que um grande futuro me esperava. Ganhei coragem e sai daquela casa. Decidi recomeçar graças a ajuda do meu irmão”, assume.

Mas o irmão não foi o único apoio que Filomena teve. “Quando voltei para casa a tive a oportunidade voltar para ASCHA, eu já fazia parte do grupo alvo desde que eu perdi meu pai”, explica.

Filomena conta ainda que sua história já era conhecida na Horizonte azul por isso decidiu buscar apoio. “Uma das coisas que me salvou além do meu irmão foi ter conhecido ASCHA. ASCHA me integrou na escola, me formou. Hoje sou mentora do muva, um projecto que recruta jovens com ensino médio para apoiar professores nas turmas numerosas. Hoje ajudo raparigas que estão em situação igual a minha, mostro a elas que o futuro é promissor. Partilho minha história e as oriento nas suas escolhas,” conta.

“Graças à Ascha eu me sinto uma heroína. Já posso fazer minhas escolhas e segura delas. Tenho uma vida normal e um salário. Eu me sinto capacitada e faço escolhas conscientes”, acrescenta.

Dalila Macuácuva é directora executiva da ASCHA e conta que a Filomena é um exemplo de uma rapariga que deu a volta por cima. “A Filomena passou por vários níveis de violência, ela tinha tudo para dar errado, mas sua força e a ajuda que seu irmão deu fizeram dela a grande mulher que temos hoje. Ela é uma activista social. Graças a ela muitas raparigas decidiram voltar para escola”, conta. “Para mim ela é uma guerreira. Teve uma infância controversa, mas se superou, é um exemplo de resistência”, acrescenta.

## INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES MEMBROS

### LISTA DE MEMBROS

1. AMMCJ - Associação Moçambicana das Mulheres de Carreira Jurídica
2. AMMD – Associação Moçambicana de Mulheres Portadoras de Deficiência
3. AMORA-Associação Moçambicana para a Promoção da Rapariga
4. AMR-Associação das Mulheres Rurais
5. AMUDEIA - Associação da Mulher Desfavorecida da Indústria Açucareira.
6. AMUEDO - Associação da Mulheres Empregadas Domésticas
7. APARMO - Associação de Parteiras de Moçambique
8. ASCHA - Associação Sócio-Cultural Horizonte Azul
9. Associação Coalizção da Juventude Moçambicana
10. ASSOMUDE-Associação da Mulher para a Democracia
11. AVIMAS-Associação de Viúvas e Mães Solteiras
12. AVVD – Associação das Vítimas de Violência Doméstica
13. CÁ-PAZ - Associação para assistência Psicossocial as Vítimas de Violência
14. COMISSÃO “MULHER E DESPORTO” - Comité Olímpico Nacional
15. FDC-Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
16. FORCOM-Fórum Nacional das Rádios Comunitárias
17. FÓRUM DA 3ª IDADE
18. FOFEN-Fórum das Associações Femininas do Niassa
19. Fundação Lurdes Mutola
20. LEMUSICA- Levante-te Mulher e Siga o Seu Caminho
21. Luarte
22. Hixikanwe
23. MUCHEFA-Associação Moçambicana para o Desenvolvimento da Mulher Chefe da Família
24. MULEIDE - Associação Mulher Lei e Desenvolvimento
25. MULHERES CAMPONESAS DE MAOCHAS
26. NAFEZA-Núcleo das Associações Femininas da Zambézia
27. NUGENA-Núcleo de Género de Nampula
28. NWETI - Comunicação para Saúde
29. FAFI - Fórum das Associações femininas de Inhambane
30. NAFET- Núcleo das associações femininas de Tete
31. ONP/SNPM – Organização Nacional dos Professores: Comité da Mulher e do Jovem professor
32. ORAM-Associação Rural de Ajuda Mútua
33. OTM- COMUTRA - Comité da Mulher Trabalhadora
34. OMM- Organização da Mulher Moçambicana
35. PROGRESSO
36. PROMUGE-Promoção para a Mulher e Género
37. SINTIQUIAF
38. SINTMAP-COMUTRA - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Marinha Mercante e Pescas
39. UNAC-União Nacional de Camponeses
40. WLSA-Women in Law in Southern Africa
41. FAA- Fundação Apoio Amigo
42. KUTENGA
43. Hixikanwe
44. PROGRESSO
45. PROMUGE-Promoção para a Mulher e Género
46. SINTIQUIAF -
47. SINTMAP-COMUTRA - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Marinha Mercante e Pescas
48. SINTIA - Comissão Nacional das Mulheres da Indústria Açucareira
49. SITIME - Sindicato Nacional dos trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
- OMM- Organização da mulher moçambicana
- UGC-União Geral dos Camponeses
- UNAC-União Nacional de Camponeses

URAFIKI WA WANAWAKE

WLSA-Women in Law in Southern Africa  
 FOFEN-Fórum das Associações Femininas do Niassa  
 FAA-Fundação Apoio Amigo  
 LUARTE  
 Hixikanwe  
 OMO Organização da Mulher Moçambicana  
 SÉ-RIXILE - Associação de Educação de Adultos e Desenvolvimento Comunitário

### MEMBROS NÃO EFECTIVOS

Action Aid  
 ADOCA - Associação Moçambicana das Donas de Casa  
 AECI-Agência Espanhola de Cooperação Internacional – Escritório Técnico de Cooperação em Maputo  
 Afrika GRUPPERNA -Grupos África da Suécia – GAS  
 ASDI - Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional  
 Associação Moçambicana das Mulheres pela Paz  
 CARE  
 CEA/DEMEG – UEM - Centro de Estudos Africanos  
 CEDESSET - Centro de Educação e Desenvolvimento de Saúde Segurança no Trabalho  
 CEPDHD - Centro de Pesquisa dos Direitos Humanos e Desenvolvimento  
 CJE - Coligação para a Justiça Económica  
 COMMUNITY AID ABROAD  
 COOPERAÇÃO SUÍÇA  
 CUSO-CANADÁ  
 CVM - Cruz Vermelha de Moçambique  
 DFDTT-MAM - Direcção de Formação, Documentação e Transferência de Tecnologia  
 EMBAIXADA DO REINO DOS PAÍSES BAIXOS  
 ESPERANÇA - Associação Juvenil de Apoio a Comunidade?  
 FEDERAÇÃO MUNDIAL LUTERANA  
 FNUAP-Fundo das Nações Unidas para a População  
 G.E.P.R.-Gabinete da Primeira-dama  
 HELPAGE – INTERNACIONAL  
 IDIL-BALCÃO DA MULHER -Instituto Nacional do Desenvolvimento da Indústria Local  
 KEPA-Centro de Serviços de Cooperação Finlandesa  
 MBEU - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Económico e Sócio Cultural da Mulher?  
 MICOA - Ministério para a Coordenação Ambiental  
 MINAG/PROAGRI - Ministério da Agricultura  
 MMCAS-DNM- Direcção Nacional da Mulher e CNAM  
 NUMMA –CEA/UEM - Núcleo da Mulher e Meio-Ambiente  
 PNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
 PROFAMÍLIA MOÇAMBIQUE  
 SARDC-Centro de Pesquisa para a África Austral  
 SAVE THE CHILDREN  
 SINTIA - Comissão Nacional das Mulheres da Indústria Açucareira  
 SITIME - Sindicato Nacional dos trabalhadores da Industria Metalúrgica e Metalomecânica  
 SOROPTIMIST  
 TROCÁIRE -Agência Católica para o Desenvolvimento  
 UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância  
 WAKHELA - Mulher Educação e Desenvolvimento

### Total de Membros - 96

MEMBROS FUNDADORES  
 OMM- Organização da Mulher Moçambicana  
 NORAD - Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento